



O Instituto Politécnico de Coimbra tem vindo a tratar os dados pessoais a que tem acesso no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, no respeito pelo direito à privacidade e demais garantias dos respetivos titulares;

No entanto, o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados – veio estabelecer um conjunto de novos princípios a que deve obedecer o acesso e tratamento de dados pessoais, assim como direitos acrescidos para os titulares dos dados;

Verifica-se, assim, a necessidade de proceder à atualização das práticas que a instituição adota nesta matéria, harmonizando-as com o RGPD, bem como à sua formalização, tendo como objetivo reforçar o compromisso e o respeito das regras de privacidade e de proteção de dados pessoais;

Nestes termos, ao abrigo do nº 7 do artigo 9º do RJIES - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei nº 62/2007, de 10 de setembro, e da alínea o) do nº 1 do artigo 35º dos Estatutos do IPC, aprovo a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto Politécnico de Coimbra, em anexo ao presente despacho.

Coimbra, 24 de março de 2022 – O Presidente do IPC, Doutor Jorge Manuel dos Santos Conde

Anexo

Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais do Instituto Politécnico de Coimbra

O Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), enquanto instituição de ensino superior pública, tem necessidade de recolher dados pessoais para a prossecução das suas atribuições e para o cumprimento das suas obrigações legais, sendo assim o responsável pelo tratamento desses dados.

No tratamento dos dados pessoais é garantido o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) – Regulamento (UE) nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, bem como da Lei nº 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a sua execução na ordem jurídica nacional.

Neste contexto, reforçando o seu empenho na proteção e confidencialidade dos dados pessoais, e ainda no respeito pelo exercício do direito à privacidade dos seus titulares quando se relacionam com a instituição, é estabelecida a presente política de privacidade e de proteção de dados pessoais, aplicável a todas as operações desenvolvidas no âmbito das atividades prosseguidas pelo IPC.

Âmbito

A presente política de privacidade e de proteção de dados pessoais aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais efetuado pelo IPC, através das suas Unidades Orgânicas e Serviços.

Dados pessoais

São considerados dados pessoais todas as informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável, que é o titular dos dados. Designadamente: nome, morada, fotografia, números de identificação, endereço de correio eletrónico (se associado ao nome de uma pessoa singular).

Entidade responsável pelo tratamento

O IPC é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais que, no seu contexto, e em conformidade com o RGPD, decide quais os dados recolhidos, os meios de tratamento, as finalidades em que os mesmos são utilizados, bem como o período de conservação adequado a cumprir a finalidade a que os mesmos se destinam.



Tratamento de dados pessoais

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou num conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, registo, organização, estruturação, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.

Os dados pessoais são tratados pelo IPC no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, sendo armazenados em base de dados específicas, criadas para o efeito, com recurso a aplicações informáticas internas e alojadas em estruturas físicas com acessos controlados e limitados.

Recolha de dados pessoais

Os dados pessoais poderão ser fornecidos pelo titular, recolhidos no âmbito da relação constituída com o mesmo, ou solicitados e tratados com o consentimento do titular. O IPC recolhe dados pessoais presencialmente, por telefone, por escrito, através de sistemas informáticos, incluindo, nomeadamente, quando os utilizadores respondem a inquéritos, preenchem formulários ou outras funcionalidades ou recursos disponibilizados pelo IPC. Todos os dados recolhidos através de formulário contêm as respetivas cláusulas de salvaguarda, que atendem às disposições do RGPD.

Sempre que forem recolhidos dados pessoais cuja cedência dependa do consentimento do seu titular, será dada informação sobre as finalidades do respetivo tratamento, bem como sobre o período de conservação.

Os dados recolhidos são utilizados para os fins legais a que o IPC se encontra obrigado, ou de acordo com as finalidades indicadas no momento da recolha, e não serão utilizados para outra finalidade que não seja aquela para a qual foram recolhidos sem um consentimento explícito e informado por parte do titular dos dados.

Em respeito pelo princípio da minimização, os dados pessoais recolhidos são os estritamente necessários ao que é exigido pela finalidade que determina o seu tratamento.

Confidencialidade

Os dados pessoais serão tratados de forma confidencial, podendo ser acedidos por um conjunto restrito de trabalhadores do IPC, devidamente identificados, em cumprimento dos seus deveres profissionais, nos precisos limites e para os fins do exercício das suas funções.



Licitude do tratamento dos dados pessoais

O tratamento de dados pessoais no IPC depende da verificação de condições de legitimidade, de licitude e da finalidade desse mesmo tratamento.

Assim, o tratamento de dados pessoais só deve ocorrer desde que:

- ✓ Seja necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para a realização de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados;
- ✓ Seja necessário para o cumprimento de obrigações legais por parte do IPC;
- ✓ Seja necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular;
- ✓ Seja necessário para fins de arquivo e interesse público, de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos, nos termos previstos no RGPD;
- ✓ Seja necessário para outras finalidades específicas, enquadráveis na missão e atribuições do IPC, desde que o titular dos dados tenha dado o seu consentimento, através de manifestação de vontade livre, específica, informada e explícita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco.

Sempre que o tratamento dos dados pessoais seja feito com base no consentimento do titular, este poderá, a qualquer momento, retirar o seu consentimento, não comprometendo a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Tipologia de dados pessoais tratados

Os dados tratados pelo IPC dependem do contexto da interação do seu titular com a Instituição (estudante, antigo estudante – *Alumni*, docente, investigador, trabalhador não docente, bolseiro, fornecedor, prestador de serviços, candidato), podendo incluir dados de identificação, dados de contacto, informação académica, informação sobre a situação socioeconómica no âmbito da ação social, dados de pagamento, dados de som e imagem, dados biométricos e dados de saúde, entre outros.

Merecem proteção específica por parte do IPC os dados pessoais que sejam, pela sua natureza, especialmente sensíveis do ponto de vista dos direitos e liberdades fundamentais, como é o caso dos dados pessoais relativos à saúde ou os dados biométricos.

Conservação dos dados pessoais



O IPC assegura que o prazo de conservação dos dados pessoais será limitado ao período mínimo considerado necessário para o cumprimento das finalidades para as quais os mesmos foram recolhidos, sem prejuízo de poderem ser preservados por um período de tempo superior, sempre que exista uma obrigação legal nesse sentido.

Proteção dos dados pessoais

O IPC utiliza um conjunto de tecnologias, ferramentas e procedimentos de segurança adequados ao cumprimento do RGPD, desenvolvendo os melhores esforços para garantir a confidencialidade, integridade, segurança e exatidão dos dados pessoais que lhe são transmitidos, bem como a impedir a perda, destruição ou danificação acidental, o tratamento ilícito ou não autorizado.

Subcontratantes e cedência de dados a terceiros

No âmbito das suas competências o IPC poderá recorrer a subcontratantes para a prestação de determinados serviços, permanecendo, no entanto, responsável pelos dados pessoais que disponibilize. Nestes casos, o IPC recorrerá apenas a entidades subcontratadas que apresentem garantias sobre medidas técnicas e organizativas adequadas, de modo a que o tratamento esteja conforme com os requisitos do RGPD e salvguarde os direitos do titular dos dados. A proteção dos dados será assegurada através da celebração de contratos de garantia de confidencialidade ou da inclusão de cláusula específica para o efeito nos contratos celebrados.

Sempre que seja necessária a partilha de dados pessoais com terceiros, que não no cumprimento de uma obrigação legal, o IPC assegura que esta partilha seja realizada no estrito cumprimento das diretrizes fixadas pelo RGPD.

Direitos dos titulares dos dados

Nos termos do quadro legal sobre a proteção de dados pessoais, o IPC garante ao titular dos dados o exercício dos seus direitos, nomeadamente de acesso, atualização, retificação ou apagamento dos seus dados pessoais, mediante pedido escrito dirigido ao encarregado da proteção de dados do IPC, através do endereço de correio eletrónico epd@ipc.pt.

O titular dos dados tem ainda direito a ser notificado em caso de violação dos dados pessoais, de acordo e nos termos do RGPD.

Encarregado da Proteção de Dados



O titular dos dados pessoais poderá sempre contactar o encarregado da proteção de dados do IPC, através do endereço de correio eletrónico epd@ipc.pt, para esclarecer todas as questões relacionadas com o tratamento de dados pessoais e o exercício dos seus direitos.